

## A democratização das políticas culturais: um estudo de caso da fazenda colubandê

Millah Christina de Souza Gomes  
Luiz Gustavo Lima de Moura

### RESUMO

Bem tombado pelo IPHAN em 1940, da cidade de São Gonçalo, a Fazenda Colubandê encontra-se atualmente abandonada. Contudo, seu histórico aponta para um intrincado jogo de interesses entre estado e comunidade que perdura desde a década de 1980. Assim, buscaremos compreender esse período através da discussão da democratização do acesso ao patrimônio e proporemos a musealização como meio complementar ao processo de preservação, capaz de desencadear uma mudança sócio-cultural positiva para a região.

**Palavras-chave:** Políticas culturais; Rio de Janeiro; Memória; Fazenda Colubandê; Regiões Periféricas.

### ABSTRACT

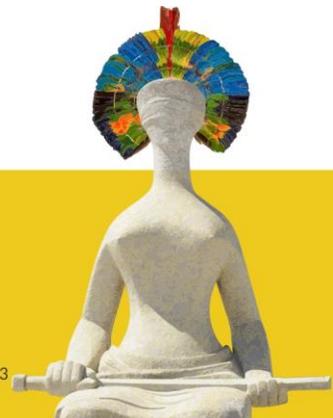
Patrimony listed by IPHAN in 1940, from São Gonçalo city, Colubandê Farm is currently abandoned. However, its history aims at an intricate interests between State and Community that has endured since 1980. Thus, we will seek to understand this period through the discussion of the democratization of the access to heritage and propose the musealization as a complementary mean to the preservation process, being capable of triggering positive socio-cultural change for the region.

4<sup>o</sup> SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3



**Keywords:** Cultural policies; Rio de Janeiro; Memory; Colubandê Farm; Suburbs.

## INTRODUÇÃO

Não é incomum, ao pensar em patrimônio, a tendência de associá-lo diretamente ao patrimônio material, ligado aos bens que possuem valor de troca e que, portanto, podem ser herdados. Contudo, patrimônio não se limita a esse sentido de herança. Refere-se igualmente aos bens produzidos por cada cultura, seja no passado ou presente, que resultem de suas experiências e memórias, coletivas ou individuais, factuais ou fictícias. Por isso pode-se extrair desses patrimônios uma condensada herança cultural. E assim passam a exercer esse papel de contribuidor na formação da identidade de países, como também mais especificamente na formação de grupos, nas categorias sociais e no resgate à memória, concebendo assim um vínculo entre o cidadão e as suas raízes. Dessa maneira, sua preservação torna-se essencial no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que espelha sua autoformação ao decorrer de sua história. Através desse ponto estabelecido pelo conceito de patrimônio, adotado pelo estado brasileiro para lidar com as suas problemáticas, que partiremos para desenvolver esta pesquisa. Situando a Fazenda Colubandê dentro do escopo da eficácia do estado para preservar um patrimônio e democratizar seu acesso.

A começar pelo ano de 1943, quando Rodrigo M. F. Andrade - o então diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - enviou uma carta ao juiz Diniz do Vale, da Vara dos Feitos da Fazenda Pública, a respeito da Fazenda Colubandê. A carta alarmava para a possibilidade de seu fator de degradação se agravar em decorrência da falta de responsabilidade do então proprietário. As palavras do diretor do dia 27 de agosto assertavam que a compreensão a respeito da patrimonialização poderia, em alguns anos, mudar o destino de um bem tombado. “O tombamento é o suficiente para assegurar a preservação do monumento (Fazenda Colubandê) pelo qual incumbe a esta repartição zelar”. (BRASIL, 1943, p.14).



4<sup>o</sup> SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

Mais de meio século depois, no ano de 2016, a Capela Nossa Senhora de Sant’Ana sofreu um golpe em seu conjunto decorativo-religioso. A capela, exemplar da arquitetura rural, foi saqueada e teve toda a sua talha folheada a ouro do altar-mor furtada. Este sendo o ápice do descaso que se estende desde o ano de 2012. E, dessa forma, pondo em cheque a colocação do diretor do IPHAN. O engano da alegação foi tomar o tombamento como medida suficiente para a preservação da fazenda. O tombamento, na verdade, é parte do processo de preservação do patrimônio, que sem as políticas culturais e as ações correspondentes torna-se impraticável a tentativa de salvaguardar qualquer que seja o bem.



Fotos comparativas do estado interno da Capela de Sant’Ana. Fonte: Jornal O Fluminense e Blog Artenarede

Para realizar esta análise a respeito da eficácia das ações aplicadas através das políticas culturais no Estado do Rio de Janeiro, compreendendo política cultural como o:

“[...] conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de

4º SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3



orden o transformaci3n social. " Segundo Canclini (2001 apud SANTOS, 2011, p. 37) ".

Visamos apresentar como tais interven33es do poder p3blico influenciam diretamente no acesso do cidad3o ao patrim3nio, seja por conflito de interesses ou por descaso. E, ao final, apresentar uma proposta de musealiza33o e discutir seus impactos.

## A FAZENDA COLUBANDÊ

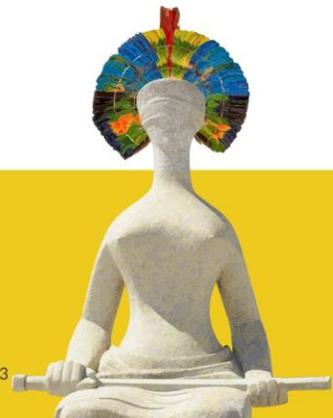
A hist3ria da Fazenda Colubandê tem seu in3cio com a funda33o e desenvolvimento da cidade de S3o Gon3alo. O propriet3rio da sesmaria, Gon3alo Gon3alves, que a recebeu por doa33o, iniciou as atividades na regi3o que pertencera aos 3ndios Tamoios. A Fazenda Colubandê é um marco da arquitetura rural fluminense, e em seu auge foi reconhecida como a maior produtora de cana-de-a33ucar da regi3o. Fica localizada 3s margens dos rios Imboassu e Cabu3u, pr3xima a atual RJ-104. A fazenda que deu nome ao bairro foi nomeada originalmente de Engenho de Montserrat, por conta da capela em homenagem a Nossa Senhora de Montserrat. A propriet3ria Catarina Siqueira, em meados do s3culo XVII, vendeu-a a Ramires Duarte Le3o, um judeu que para fugir da Inquisi33o se converteu ao cristianismo. O ent3o crist3o-novo renomeou a fazenda para Golan-Bandê, em homenagem 3s Colinas de Gol3, territ3rio s3rio em Israel.

4<sup>o</sup> SE  
BRA  
MUS

SEMIN3RIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRAS3LIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3



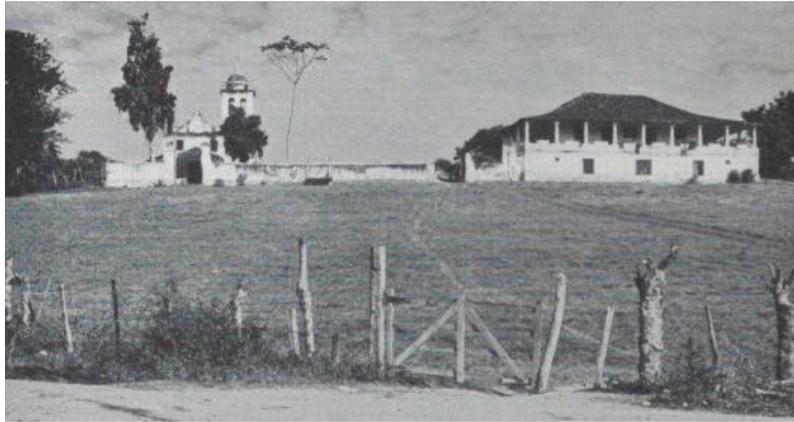


Imagem 2 – Foto do conjunto da Fazenda Colubandê. Fonte: Brazil Builds

No ano de 1713, os jesuítas que habitavam a freguesia de São Gonçalo confiscaram a fazenda a mando da Inquisição e seus donos foram presos e encaminhados à Portugal para julgamento por práticas heréticas. Com o confisco, a fazenda sofreu mudanças em sua composição, principalmente na capela, que nesse período foi reformada e paramentada com novos elementos artísticos, e renomeada de Capela de Sant'Ana.

O conjunto da casa-grande e capela foi tombado pelo IPHAN no ano de 1940. O processo de patrimonialização seguiu as dependências do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. A casa-grande dispõe de uma arquitetura distinta, construída em volta de um poço que servia para abastecimento, assim como demanda a tradição judaica. Ainda constam elementos de diferentes épocas, marcas de seus inúmeros proprietários, sendo uma de suas principais características o alpendre que circunda a casa, incluindo colunas dóricas entre conversadeiras para o descanso nos períodos de calor. Além de paredes grossas de até um metro e meio de espessura que protegiam os trinta e oito quartos, abrangendo inclusive os quartos subterrâneos usados pelos escravos.

4º SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

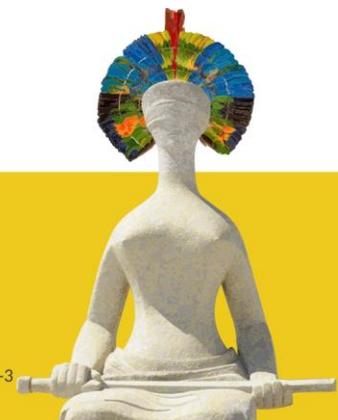




Foto da Capela de Santana em restauração – 1986. Fonte: Revista do Brasil.

Já a Capela de Nossa Senhora de Sant’Ana apresenta detalhes da arquitetura religiosa jesuítica tradicional: com um altar-mor de talha dourada de características barrocas, além da azulejaria portuguesa que preenche as paredes laterais da capela. Instalada em 1740, retrata a cena do casamento de São Joaquim e Santa Ana e, mais ao lado, cercadas de anjos, Santa Ana educa a Virgem Maria. E possui uma fachada simples, com elementos mourísticos. Dispõe de uma única torre sineira, encimada por uma cúpula de base hexagonal. Seu frontão simples com óculo apresenta volutas e uma pequena varanda.

A fazenda, que passou a ser de posse coletiva de Carlota de Almeida Pires, Ana Fonseca de Almeida e Maria de Lourdes Fonseca foi vendida em 13 de março de 1944 ao colecionador Rodolfo Gonçalves de Siqueira. Que logo após morrer seus herdeiros venderam-na à ASET (Administração e Serviços Técnicos S.A). A ASET promoveu, no ano de 1956, um leilão de seus bens móveis exceto as imagens da capela.

## UMA HISTÓRIA MARCADA POR AMBIGUIDADES



**4º SE  
BRA  
MUS**

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

No ano de 1958, o então diretor do DPHAN, Rodrigo. M. F. de Andrade, escreveu uma carta ao Procurador da República do Estado do Rio de Janeiro que enfatizava a opinião irrevogável da repartição de abrir mão “[...] do direito de preferência quanto a aquisição do imóvel tombado [...]” (BRASIL, 1958, p.29). Esta ação teve repercussão negativa, uma vez que a preferência rejeitada, por causa da falta de fundos, em poucos anos de posse alterou significativamente o que restou das características originais do interior da fazenda. Três anos depois, segundo a matéria do jornal O Fluminense, de maio de 1961, o DPHAN realizou a modernização da fazenda, inserindo elementos que trouxeram-na ao século XX. As mudanças foram consideráveis e benéficas à sua integridade, incluindo instalações hidráulicas e elétricas que não descaracterizaram os elementos que a tornaram um exemplar da arquitetura rural fluminense.

No ano de 1969, a fazenda sofreu o processo de desapropriação através do decreto 14.406 de 19 de novembro. O intuito, no primeiro momento, era de evitar outras adulterações, na condição que o então proprietário do imóvel havia transferido a fazenda para uma associação interessada e responsável pela transformação do imóvel no Colubandê Country Club. Ainda que não tenham sido concluídas, as alterações internas comprometeram as características originais da arquitetura. Além das transformações externas, como a construção de praça de recreação e quadras. Uma das alterações que mais extrapolou as características tradicionais durante essas reformas foi a implantação de uma sauna, que adicionou à fazenda uma chaminé de alvenaria erguida sobre uma das colunas da varanda, rompendo o beiral junto à escada principal da casa-grande.

O processo de desapropriação, no segundo momento, tinha por objetivo instaurar uma unidade museológica na fazenda que viesse a contemplar a história da arquitetura rural fluminense. Tal ação promoveria atividades culturais e o primeiro incentivo ao turismo da região. Apesar da ideia inicial, o governo do estado mudou de projeto, e instalou uma base da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que serviria de apoio a recém construída RJ-104. Com a base da polícia rodoviária integrada à



4º SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

fazenda em 1969, mesmo que em parte representasse aspecto negativo das ações do estado por ir de encontro ao interesse público, os policiais utilizaram-se do imóvel com certa responsabilidade até 1979. De acordo com uma carta direcionada ao diretor do IPHAN, no ano de 1971, o tenente-coronel da PRF anunciou o interesse do comando em preservar o acervo e pediu a devolução das imagens devocionais extraídas da capela. Em 1972 o comando enviou um mapa para orientar a construção de um trecho da atual rodovia RJ-104. Obra que comprometeria o quadro paisagístico da fazenda, por fazer-se necessário, segundo a corporação, a construção de um muro em torno da fazenda. No ano de 1978, o mesmo tenente-coronel indicou ao SPHAN medidas interventivas para a preservação e restauração da Capela de Sant'Ana. E no final de mesma década a corporação deixou a fazenda, e segundo os documentos informam, nenhuma intervenção foi feita até 1980. Restou somente o documento com palavras emblemáticas que assinalam o registro oficial do estado da fazenda dessa época nebulosa. De acordo com a carta de Augusto C. da Silva Telles, o então diretor da Divisão de Conservação e Restauo (DCR/SPHAN) ao diretor geral do SPHAN, em agosto de 1980, “[...]. Desde então, totalmente abandonada, como se pode depreender do relatório anexo, está sujeita a uma degradação progressiva e, mesmo, a mutilação, pois que, sem o mínimo de segurança e de fiscalização, poderá ser depredada ou saqueada com perdas irreparáveis.”

Se condoendo do destino do imóvel e atendendo aos anseios da comunidade, em Brasília, no ano de 1981, o discurso do deputado Osmar Leitão, na Câmara dos Deputados, expôs que o governador do Rio de Janeiro tinha o intuito de transformar a fazenda em uma Base de Recrutamento do Corpo de Bombeiros. Neste mesmo ano a população do bairro Colubandê se mobilizou para impedir esse desfecho. O ato foi marcado por manifestações de indignação e gerou uma carta assinada pela União dos Bairros de São Gonçalo, direcionada ao Governador Chagas Freitas. O interesse da comunidade era de transformar a fazenda em um local para o lazer e cultura. No entanto, a determinação não foi acatada. Segundo CAMPOFIORITO, em 1986 houve uma restauração na



4<sup>o</sup> SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

fazenda, tais ações compreendiam o desejo já exposto de, ao realizar a desapropriação, transformar a fazenda em um museu. Darcy Ribeiro alegou que a proposta já estava bem fundamentada e encaminhada para sua sucessão. Ainda que não viesse a sair do papel, os desígnios da população estavam sendo atendidos. Contudo, novamente ia de encontro com os interesses do governo estadual.



Imagem 4 - Foto da Fazenda Colubandê. Fonte: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O governo estadual tinha uma proposta e o governo federal tinha outra, e o conflito interno de interesses acabou pendendo para o lado contrário aos interesses públicos. Houve outras tentativas de diálogo partindo dos representantes da comunidade, que igualmente não foram atendidas. E então, no ano de 1988, foi instalado o Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente na Fazenda Colubandê (BPFMA); que permaneceu até o ano de 2012, e que manteve o imóvel minimamente preservado. Além disso, a corporação promoveu visitas aos espaços da fazenda. Essa intervenção, apesar de negativa frente às necessidades e desejos da comunidade, pode ser encarada como uma medida provisória positiva tendo em vista a história do imóvel ao reverter o estado de abandono que se encontrava desde 1980.



4<sup>o</sup> SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

No ano de 1998, a Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) realizou a obra do Centro Cultural e Esportivo da Fazenda do Colubandê. Esta medida serviu, em parte, para atenuar as reclamações da comunidade face aos seus anseios, já antigos, de possuir um local adequado para o esporte e cultura locais. Por um lado, o estado aproveitou-se do espaço da fazenda para fazer algo útil e proveitoso para a população. De forma que o local, antes inutilizado e abandonado, passava a ter um afluxo de pessoas, tornando o local mais seguro e dando destaque à fazenda.

Com o passar dos anos, essa área dedicada ao esporte e lazer se encontrava danificada pela ação do tempo e por inúmeros atos de vandalismo. Logo depois, a administração da área externa passou a ser responsabilidade do município de São Gonçalo, que na gestão do prefeito Neilton Mulin, em 2014, deu início à construção e manutenção da Vila Olímpica do Colubandê. Que promove ações de esporte e lazer na área posterior do terreno. Tais ações, ainda que não contemplassem a preservação ou a utilização direta do patrimônio, vieram a ser positivas por revitalizar, em parte, o espaço. Mesmo o local passando a ser mais movimentado, não inibiu o furto da talha da capela, que ocorreu no ano de 2016. Acabando por levantar a questão da necessidade de se intervir com medidas mais incisivas para a proteção e salvaguarda da fazenda.

### A MUSEALIZAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO

A Fazenda Colubandê encontra-se, hoje, em total abandono. Apesar de seus bens móveis originais não constarem, os dois edifícios ainda estão de pé. Mas atualmente é legítima a previsão de que em poucos anos a cidade de São Gonçalo pode vir perder um de seus bens tombados mais preciosos. Dentro das medidas de preservação viáveis para um patrimônio, podemos indicar a musealização como um instrumento que garante a salvaguarda e a integridade do bem. A musealização é um processo que ultrapassa a conclusão simplista de se transformar em museu.



**4º SE  
BRA  
MUS**

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

Segundo SANTOS; LOUREIRO, 2012 proporciona “[...] a produção, registro e disseminação das informações a eles relacionadas, com vistas à transmissão a gerações futuras.”. A musealização consiste na ação de retirar física e conceitualmente um objeto de seu meio utilitário e natural, e inseri-lo num ambiente de pesquisa com o fim de atribuir-lhe o status de museália. De acordo com Desvallées e Mairesse (2010 apud SANTOS; LOUREIRO, 2012, p. 60): “[...] testemunho material e imaterial do homem e seu ambiente, fonte de estudo e exposição, adquirindo assim uma realidade cultural específica”. Ademais, atribui-se ao objeto musealidade a característica de, para além de se limitar ao acúmulo de informações através da pesquisa, a necessidade de comunicação dessas informações. Esta iniciativa foi elaborada a partir da necessidade de preservação do patrimônio e por ser, já há décadas, imprescindível o fomento à atividade cultural na região. Que são reivindicadas até hoje pela comunidade por meio dos coletivos “SOS Colubandê” e “Fazenda Colubandê - Quem ama cuida”.

Nossa proposta de musealização baseia-se em proposições de Darcy Ribeiro, do ano de 1986. Segundo ele, a fazenda iria realmente tomar forma aos planos iniciais do estado no momento de sua desapropriação, tornando-se um museu rural. Ademais, após a conclusão da restauração apoiada pelo estado e pelo Ministério da Cultura, viria a ser o exemplar mais belo que possui a riqueza da história das residências rurais de 400 anos do Brasil.

“A Fazenda Colubandê, dignamente restaurada, vai receber uma réplica do melhor mobiliário rústico brasileiro. Ao redor dela, cultivaremos um imenso pomar com todas as frutas de antigamente. Será um santuário de todas as árvores frutíferas, inclusive de passarinhos, para ver se eles voltam a revoar outra vez.” (RIBEIRO, 1986. P.4)

A primeira fase do processo de musealização é compreender em que contexto a Fazenda Colubandê se insere, por meio de pesquisas e conscientização da população sobre a rica história do



4<sup>o</sup> SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
BRASÍLIA.DF

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

patrimônio. As pesquisas iniciariam tratando de descobrir acerca da cidade e da produção de cana-de-açúcar na região. Estabelecendo uma base sólida. A segunda fase consistiria na busca de fundamentar a história da imigração judaica no município, com o auxílio de grupos de pesquisas da UERJ-FFP de São Gonçalo. Isso promoveria a integração da universidade ao corpo de busca ou, ao menos, de referência. Tal pesquisa converteria a Fazenda Colubandê no Museu Rural. E seu conjunto arquitetônico seria o testemunho de seu próprio potencial informacional, além da possibilidade de se explorar seu potencial como cenário de uma época distante.

O Museu Rural teria como principal objetivo integrar a história colonial do Brasil, tomando como base a sua construção residencial. Isto também se integraria à história local, servindo de conteúdo para a sensibilização acerca da proteção do patrimônio. Este período seria, paralelamente, estudado a fim de resgatar os possíveis registros que possam documentar e evidenciar todo o processo de transformação da casa. A fazenda seria um local que produziria pesquisas a respeito do desenvolvimento da cidade de São Gonçalo no aspecto agrário, além de organizar as fontes que documentam a imigração judaica para o local. Segundo o projeto de Darcy Ribeiro, haveria um pomar com exemplares de frutas e flores que foram cultivadas na própria região. A proposta ainda visa aproximar as relações do campo com a fé, como mais uma marca do passado local, integrando a capela ao projeto de musealização. Com as recentes intervenções na construção da vila olímpica, na parte posterior do terreno, o pomar viabilizaria um dos acessos à vila.

O museu estabeleceria uma integração com a comunidade do entorno, promovendo ações de trocas com diferentes públicos a fim de aperfeiçoar a relação museu-comunidade. Ideia originalmente pertencente a VARINE-BOHAN (2008) que é apresentada por meio da conceituação de museu local, em que tais museus existe a “possibilidade de fixar objetivos políticos, educativos, culturais ou sociais autônomos”, tendo como objetivo serem atores da vida local gerando um microdesenvolvimento dos territórios no aspecto turístico-cultural.



4<sup>o</sup> SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

## CONCLUSÃO

Os estudos e as críticas são partes essenciais do contínuo processo de aperfeiçoamento dos métodos de preservação e comunicação do patrimônio. E esses passos não são possíveis sem o diálogo entre quem os promove-os órgãos responsáveis - e quem os fundamenta: a população.

E através do processo de musealização pode-se efetuar esse diálogo. Pelo fato de que o mesmo aproxima ambos os lados, pois possibilita a população atuar com mais ênfase nos processos que habitualmente cabem aos órgãos responsáveis. É preciso, portanto, sustentar a ideia de que nem somente o técnico, nem os interesses políticos podem guiar as políticas culturais que deliberam acerca do patrimônio.

A partir do momento que a discussão torna-se comum e passa-se a compreender a importância de todos os lados serem ouvidos com igual poder de decisão, com cada um contribuindo de acordo com suas capacidades, pode-se afirmar com veemência que houve a democratização do acesso ao patrimônio.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO ISRAELITA SEFARADI: A HISTÓRIA JUDAICA EM SÃO GONÇALO. Blog Esefarad. 2016. Disponível: <<https://esefarad.com/?p=74408>>. Acesso em 22 de Mai. 2019.

BELTRÃO, Catherine. Fazenda Colubandê: História, Arte, Tragédia e Descaso. **Blog ArtenaRede**, 2017. Disponível em: <<http://artenarede.com.br/blog/index.php/fazenda-colubande-historia-artetragedia-%20e-descaso-parte-i/>>. Acesso em 21 de Mai.2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. lphan. Disponível em:



4<sup>o</sup> SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto%20no%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf)>. Acesso em: 22 de Mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Dphan. - Seção de História. Fazenda Colubandê - Capela de Sant'Anna. Brasília: DPHAN/ DET, [19--]. Disponível em: [http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5206?discover?rpp=10&etal=0&filtertype\\_0=titleAlternative&filtertype\\_1=title&filtertype\\_2=subject&filter\\_relational\\_operator\\_1>equals&filter\\_relational\\_operator\\_0>equals&filter\\_2=Tombamento&filter\\_1=Fazenda+do+Coluband%C3%AA+e+Capela+de+Sant%27Ana%2C+anexa&filter\\_relational\\_operator\\_2>equals&filter\\_0=Casa+e+Capela+de+Santana+da+Fazenda+do+Coluband%C3%AA](http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/5206?discover?rpp=10&etal=0&filtertype_0=titleAlternative&filtertype_1=title&filtertype_2=subject&filter_relational_operator_1>equals&filter_relational_operator_0>equals&filter_2=Tombamento&filter_1=Fazenda+do+Coluband%C3%AA+e+Capela+de+Sant%27Ana%2C+anexa&filter_relational_operator_2>equals&filter_0=Casa+e+Capela+de+Santana+da+Fazenda+do+Coluband%C3%AA). Acesso em: Acesso em 22 de Mai. 2019.

CASA DE CULTURA NO INTERIOR DO ESTADO: ESTÍMULO À CRIATIVIDADE. **Revista do Brasil**, [nesp]. Rio de Janeiro: FUNARJ, p. 142- 144, 1986.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Anais...**, v.7 ,16 ed.,1981. p.9851.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Patrimônio cultural: “onde a cultura existe, dar voz a ela”. **Revista do Brasil**, [nesp]. Rio de Janeiro: FUNARJ, p. 6- 17, 1986.

FAZENDA COLUBANDÊ. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Fazenda Coluband%C3%AA](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fazenda_Coluband%C3%AA)>. Acesso em: 10 jul. 2018.

FREITAS, A. L.; CUNHA, M. A. M. da.; LAMAS, S. A. Requalificação da Fazenda Colubandê em São Gonçalo/RJ como atrativo turístico por meio de práticas de ecoturismo e educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 59-73, dez. 2018.

HUE, Jorge de Souza. **Uma visão da arquitetura colonial no brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Museus e desenvolvimento social: um balanço crítico. In: \_\_\_\_\_ **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: Propostas e reflexões museológicas**. São Cristóvão (SE): UFSE, 2008. Disponível: <[https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-5\\_museus-como-agentes-de-mudanc3a7a.pdf](https://ceam2018.files.wordpress.com/2018/07/texto-5_museus-como-agentes-de-mudanc3a7a.pdf)>. Acesso em: 25 de Mai. 2019.



4<sup>o</sup> SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
**BRASÍLIA.DF**

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

IGREJAS BARROCAS BRASILEIRAS. **Blog Khristianos**. 2016. Disponível em: <<https://khristianos.blogspot.com/2016/01/igrejas-barrocas-brasileiras.html>>. Acesso em: 23 de Mai. 2019.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo cinquentenário**. Rio de Janeiro: Instituto de geografia e estatística, 1949.

PEIXOTO, Didima de Castro. **História Fluminense**. Niterói: [s.n.], 1966.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Projeto Básico do Programa Esporte e Lazer da cidade. São Gonçalo: PMSG, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/157126>>. Acesso em: 24 de Mai. 2019.

QUEIROZ, J. R. **Cristãos-novos em São Gonçalo**: Inquisição e criptojudáismo no início do século XVIII. São Gonçalo, 2018. Monografia (Graduação em História) - UERJ/FFP. Disponível em: <<https://www.academia.edu/37769760/Crist%C3%A3os-novos-em-S%C3%A3o-Gon%C3%A7alo-Inquisi%C3%A7%C3%A3o-e-Criptojud%C3%A1smo>>. Acesso em: 23 de Mai. 2019.

RIBEIRO, Darcy. Política Cultural Rio. **Revista do Brasil**, [nesp]. Rio de Janeiro: FUNARJ, p. 2- 4, 1986.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 7035 de 2015**. Institui o sistema estadual de cultura do estado do rio de janeiro, o programa estadual de fomento e incentivo a cultura, e apresenta como anexo único as diretrizes e estratégias do plano estadual de cultura. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura, [2015]. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/e9589b9aabd9cac8032564fe0065abb4/d9efbccd9957bb9483257e8a005fc958?OpenDocument>>. Acesso em: 19 de Mai. 2019.

ROSA, Vagner. **Imagens Desoladoras da Fazenda Colubandê**. Blog Território Gonçalense. 2012. Disponível em: <<https://territoriogoncalense.blogspot.com/2012/11/imagens-desoladoras-do-abandono-da-23.html>>. Acesso em: 27 de Mai. 2019.

**SANTOS, H. S. N.** Políticas culturais e inteligência coletiva. Revista Contemporânea (UERJ. Online), ed.17, v. 9, nº 1, 2011. Disponível em: [http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_17/contemporanea\\_n17\\_03\\_nepomuceno.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_17/contemporanea_n17_03_nepomuceno.pdf). Acesso em: 27 de Mai. 2019..



SANTOS, L. B.; LOUREIRO, M. L. N. M. **Musealização como estratégia de preservação**: Estudo de Caso sobre um previsor de marés. Revista Eletrônica do PPG-PMUS Unirio/MAST - v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/211/187>>. Acesso em: 25 de Mai. 2019.

SCOTTÁ, Luciane. **Brazil Builds**: releitura crítica. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura: Teoria, Projecto, história) – Universidade do Porto, Portugal, 2017. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/110384/2/246490.pdf>>. Acesso em: 29 de Mai. 2019..

SMITH, Robert Chester. **Igrejas, casas e móveis**: aspectos de arte colonial brasileira. [Recife]: UFPE/IPHAN, 1979.

SPHAN. **Fazenda Colubandê**. 1943. 1 Fotografia. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat07\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat07_m.pdf). Acesso em: 20 de Mai. 2019..

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **O Vale do Paraíba e a arquitetura do café**. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

4º SE  
BRA  
MUS

SEMINÁRIO  
BRASILEIRO DE  
MUSEOLOGIA  
*BRASÍLIA.DF*

DEMOCRACIA: DESAFIOS PARA A  
UNIVERSIDADE E PARA A MUSEOLOGIA

ISSN 2446-8940  
ISBN 978-65-87555-00-3

